

direito de família

▷ **FILIAÇÃO**: É a relação que se estabelece em linha reta, entre uma pessoa e seu ascendente em primeiro grau, que gerou ou recebeu por filho.

↳ não se admite discriminação entre filhos de origens distintas

art. 1597 CC → há presunção legal da paternidade nas hipóteses deste artigo, em relação à família constituída pelo casamento.

O **STJ** reconhece a existência de **presunção de paternidade** em relação aos filhos concebidos na constância de união estável, por analogia à previsão em relação ao casamento, em face da equiparação constitucional das entidades familiares.

Trata-se de **presunção relativa**, que admite prova em contrário, por meio de ação negatória de paternidade, em caráter imprescritível e de iniciativa privativa do marido.

↳ são legitimados passivos o filho e a mãe.

↳ não será desconstituída a paternidade caso se demonstre que, apesar da inexistência de vínculo biológico entre os sujeitos, construiu-se vínculo socioafetivo.

importante → o filho tem legitimidade p/ intentar a ação de impugnação da paternidade a fim de demonstrar erro ou falsidade no registro.

↳ O **STF** estabelece a possibilidade da chamada multiparentalidade, podendo-se reconhecer de forma concomitante vínculos de paternidade biológica, com os efeitos jurídicos

cos próprios.

A prova da filiação é feita pela certidão de nascimento expedida pelo Registro Civil, presumindo-se sua veracidade, salvo prova de erro ou falsidade.

▷ RECONHECIMENTO DOS FILHOS: o reconhecimento de filho é o ato jurídico em sentido estrito, de caráter personalíssimo, pelo qual se declara a filiação, estabelecendo-se vínculo jurídico de parentesco entre o pai ou a mãe e seu filho.

↳ 2 espécies: a perfilhação ou reconhecimento voluntário, e o reconhecimento ~~voluntário~~ judicial, coativo ou forçado.

art. 1609 CC

→ reconhecimento voluntário

↳ a declaração é irrevogável, mesmo se manifestada em testamento.

↳ judicialmente, o reconhecimento de filho realiza-se via ação de investigação de paternidade.

O reconhecimento do filho, de natureza declaratória, produz efeitos retroativos à data do nascimento, não se admitindo a oposição de condição e termo.

↳ filho maior de idade é necessário consentir pl que haja o reconhecimento.

↳ desconstitui-se o reconhecimento, demonstrando a desconformidade com a verdadeira filiação.